PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

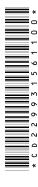
(Da Sra. TABATA AMARAL)

Cria o Programa Dinheiro Direto na Escola para promoção da sustentabilidade (PDDE Sustentável).

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Fica criada a modalidade destinada a promover ações de educação ambiental, bem como medidas visando à sustentabilidade socioambiental (PDDE Sustentável), no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), oriundo da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
- § 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário do PDDE Sustentável, sem prejuízo dos demais componentes já destinados e referenciados no art. 23 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, terá como base o número de alunos matriculados na educação básica de acordo, respectivamente, com dados do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- § 2º A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:
- I diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;
- II ao ente mantenedor, seja ele o Estado, o Distrito Federal ou o Município, do estabelecimento de ensino que não possui unidade executora própria.
- **Art. 2º** A gestão, a unificação de procedimentos, a regulamentação, a utilização, a prestação de contas, a fiscalização e o controle dos recursos destinados ao PDDE Sustentável seguem o disposto nos arts. 24, 25, 26,27,28 e 29 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.





Apresentação: 02/02/2022 16:18 - Mesa

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa tem o propósito de consolidar em Lei uma importante modalidade de execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o qual foi instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e que consistia na destinação de recursos para promoção de ações de educação ambiental e medidas visando à sustentabilidade socioambiental e por esta razão denominado PDDE Sustentável.

Esta vertente do PDDE estava em completa sintonia como o preceitua a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências". A mencionada Lei dispõe, em seus arts. 2°, 3° e 9° o seguinte:

- Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.
- Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:
- I ao Poder Público, nos termos dos <u>arts. 205</u> e <u>225 da Constituição Federal,</u> definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

...]

- Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:
- I educação básica:
- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;





II educação superior;

III - educação especial;

IV educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Os repasses do PDDE Sustentável, por causa de estarem regulamentados apenas em Resolução do FNDE, foram sendo reduzidos e finalmente extintos em 2014, de acordo com dados do Ministério da Educação em resposta a um Requerimento de Informação que apresentei em 2021. Faz-se necessário, para sua solidez, que esteja estabelecido em Lei.

É de grande relevância para o futuro de todos nós que a escola volte a ser esse espaço de aprendizagem, de conscientização e de construção de hábitos mais condizentes com a conservação dos recursos naturais, a independência energética e o desenvolvimento de matrizes de energia mais limpa e melhor distribuídas no território. Além disso, há o desafio do tratamento de resíduos sólidos e a aprendizagem de desenhos permaculturais, nos quais os elementos naturais do contexto interagem e potencializam os resultados desejados para a produtividade e a sustentação da vida e do planeta.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



